

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	17
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.840
Preferenciais	3.840
Total	7.680
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	398.410	390.437
1.01	Ativo Circulante	73.667	72.703
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	540	212
1.01.02	Aplicações Financeiras	50.977	47.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	40.825	36.816
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	40.825	36.816
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	10.152	10.491
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	10.152	10.491
1.01.03	Créditos das Operações	16.399	16.860
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	16.399	16.860
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	537	0
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	0	54
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	515	734
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	6.577	7.000
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	8.770	9.072
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	3.110	6.462
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	965	4.177
1.01.04.03	Créditos Tributários e Previdenciários	1.857	1.979
1.01.04.04	Outros Créditos	288	306
1.01.05	Outros Valores e Bens	1.862	1.862
1.01.05.01	Bens a Venda	1.862	1.862
1.01.07	Despesas Antecipadas	439	0
1.01.08	Despesas de Comercialização Diferidas	340	0
1.02	Ativo Não Circulante	324.743	317.734
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	158.342	157.198
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	175	175
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	175	175
1.02.01.04	Crédito das Operações	66.656	65.896
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	63.319	62.662
1.02.01.04.04	Outros Créditos Operacionais	3.337	3.234
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	88.577	88.518
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	902	900
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	87.269	87.024
1.02.01.05.04	Títulos e Créditos a Receber	406	594
1.02.01.07	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.540	2.609
1.02.01.07.01	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.540	2.609
1.02.01.09	Despesas de Comercialização Diferidas	394	0
1.02.02	Investimentos	157.750	152.323
1.02.02.01	Participações Societárias	150.254	144.768
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	149.239	143.760
1.02.02.01.04	Participações em Controladas no Exterior	550	543
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	465	465
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.496	7.555
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	7.496	7.555

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.03	Imobilizado	2.831	2.881
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.831	2.881
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	2.219	2.257
1.02.03.01.02	Bens Móveis de Uso Próprio	513	535
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	99	89
1.02.04	Intangível	5.820	5.332

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	398.410	390.437
2.01	Passivo Circulante	21.940	22.467
2.01.01	Contas a Pagar	7.542	8.233
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	102	428
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	455	835
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	585	461
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	463	572
2.01.01.05	Dividendos a Pagar	5.937	5.937
2.01.02	Débitos de Operações	352	424
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	352	424
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	46	424
2.01.02.01.03	Corretores de Seguros e Resseguros	306	0
2.01.03	Depósitos de Terceiros	35	28
2.01.04	Provisões Técnicas	14.011	13.782
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	14.011	13.782
2.01.04.01.02	Provisão de Sinistros a Liquidar	14.011	13.782
2.02	Passivo Não Circulante	179.491	178.096
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	179.491	178.096
2.02.01.01	Contas a Pagar	2.154	2.180
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	2.154	2.180
2.02.01.02	Débitos das Operações	1.027	1.850
2.02.01.03	Provisões Técnicas	93.219	92.184
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	93.219	92.184
2.02.01.04	Outros Passivos	83.091	81.882
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	83.091	81.882
2.03	Patrimônio Líquido	196.979	189.874
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.449	6.489
2.03.03.01	Ativos Próprios	5.251	5.290
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	1.198	1.199
2.03.04	Reservas de Lucros	93.817	93.817
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	15.294	15.294
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	58.523	58.523
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.841	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-8.128	-10.432

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receitas das Operações	106	3.979
3.01.01	Operações de Seguros	106	3.979
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	52	57
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	54	3.922
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-177	-2.673
3.02.01	Operações de Seguros	-89	-4.711
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	531	-2.811
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-3	-4
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-617	-1.896
3.02.02	Operações de Resseguros	-88	2.038
3.02.02.01	Sinistros Retidos de Resseguros	-88	2.038
3.03	Resultado Bruto	-71	1.306
3.04	Despesas Administrativas	-5.623	-5.490
3.04.01	Despesas com Pessoal Próprio	-3.304	-2.704
3.04.02	Despesas com Serviços de Terceiros	-685	-895
3.04.03	Despesas com Localização e Funcionamento	-1.215	-956
3.04.04	Despesas com Publicidade e Propaganda	-131	-77
3.04.05	Despesas com Tributos	-227	-389
3.04.06	Despesas com Publicações	-22	-337
3.04.07	Despesas com Donativos e Contribuições	-18	-20
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-21	-112
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-396	222
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	128	132
3.05.02	Despesas com Imóveis Destinados à Renda / Venda	-530	-553
3.05.03	Outros Investimentos	6	9
3.05.04	Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	0	634
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.279	9.848
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	10.279	10.335
3.06.02	Despesas de Equivalência Patrimonial	0	-487
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.189	5.886
3.08	Resultado Financeiro	593	524
3.08.01	Receitas Financeiras	2.492	2.678
3.08.02	Despesas Financeiras	-1.899	-2.154
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.782	6.410
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32	97
3.10.02	Diferido	-32	97
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.750	6.507
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	4.750	6.507
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,58906	0,80696
3.99.01.02	PN	0,64796	0,88765

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	4.750	6.507
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.395	198
4.02.01	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-339	1.733
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	109	-426
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	2.541	-1.139
4.02.07	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	-13	-272
4.02.08	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	6	127
4.02.16	Realização da Reserva de Reavaliação	59	242
4.02.17	Efeito Tributário Sobre Realização da Reserva de Reavaliação	32	-67
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.145	6.705

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.743	-3.820
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.277	-4.337
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	4.750	6.507
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	278	131
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.279	-9.848
6.01.01.06	Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	367	104
6.01.01.07	Ganho/Perda na Alienação de Investimento e Imobilizado	0	-634
6.01.01.08	Receitas com Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Outros	-1.192	-893
6.01.01.09	Receitas com Créditos Fiscais e Previdenciários	-28	-53
6.01.01.10	Despesas com atualização e Juros de Provisões Técnicas (Líquidas)	626	681
6.01.01.11	Rendimentos com Aplicações Financeiras	-1.103	-1.589
6.01.01.12	Despesas com Atualização Monetária de Provisões Judiciais	1.190	1.321
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social - diferido	32	-97
6.01.01.15	Provisões Trabalhistas e Cíveis	82	33
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.466	517
6.01.02.01	Ativos Financeiros	-2.906	1.286
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	-635	1.174
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	1.016	-1.322
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	148	915
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	848	25
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-439	-858
6.01.02.07	Outros Ativos	18	-164
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-380	-281
6.01.02.09	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-203	-960
6.01.02.10	Débitos Operacionais com Seguros e Resseguros	-875	1.607
6.01.02.11	Depósitos de Terceiros	7	346
6.01.02.12	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	-732	1.494
6.01.02.13	Provisões Judiciais	60	-16
6.01.02.14	Outros Passivos	0	29
6.01.02.16	Outros Créditos Operacionais	320	-2.776
6.01.02.17	Custos de Aquisição Diferidos	-734	0
6.01.02.18	Títulos e créditos a receber	21	18
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.071	3.380
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-28	-34
6.02.03	Aquisição de Intangível	-629	-743
6.02.05	Alienação de Investimentos	197	1.323
6.02.06	Recebimento de Redução de Capital da Investida	0	2.701
6.02.07	Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	10.531	133
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	328	-440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	212	602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	540	162

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	51	0	0	0	51
5.04.08	Ajuste Provisão	0	51	0	0	0	51
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.841	2.304	7.145
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.750	0	4.750
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	91	2.304	2.395
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-339	-339
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	109	109
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-13	-13
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	2.541	2.541
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	6	6
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	91	0	91
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-91	0	0	0	-91
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-91	0	0	0	-91
5.07	SalDOS Finais	100.000	6.449	93.817	4.841	-8.128	196.979

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	276	-46	0	0	230
5.04.08	Ajuste Provisão	0	276	0	0	0	276
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO de 30 de março de 2022	0	0	-46	0	0	-46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.682	23	6.705
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.507	0	6.507
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	175	23	198
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	1.733	1.733
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	-426	-426
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-272	-272
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-1.139	-1.139
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	127	127
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	175	0	175
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-175	0	0	0	-175
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-175	0	0	0	-175
5.07	Saldos Finais	100.000	6.757	79.245	6.682	-12.270	180.414

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	942	3.875
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	1.255	57
7.01.04	Outras	54	3.922
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-367	-104
7.02	Variações das Provisões Técnicas	-1.203	0
7.02.01	Operações de Seguros	-1.203	0
7.03	Receita Operacional Líquida	-261	3.875
7.04	Benefícios e Sinistros	618	-2.831
7.04.01	Sinistros	469	-2.831
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	149	0
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.470	-4.352
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-1.782	-3.453
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-688	-899
7.06	Valor Adicionado Bruto	-2.113	-3.308
7.07	Retenções	-278	-131
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-278	-131
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.391	-3.439
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	12.731	15.357
7.09.01	Receitas Financeiras	2.492	2.678
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.279	9.848
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	-88	2.038
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cedidos	-87	20
7.09.05	Outros	135	773
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.340	11.918
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	10.340	11.918
7.11.01	Pessoal	2.774	2.306
7.11.01.01	Remuneração Direta	2.054	1.716
7.11.01.02	Benefícios	621	472
7.11.01.03	F.G.T.S.	99	118
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	873	930
7.11.02.01	Federais	706	637
7.11.02.03	Municipais	167	293
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.943	2.175
7.11.03.01	Juros	1.899	2.154
7.11.03.02	Aluguéis	44	21
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.750	6.507
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.750	6.507

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	398.730	390.894
1.01	Ativo Circulante	74.536	73.703
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.395	1.192
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.395	1.192
1.01.02	Aplicações Financeiras	50.977	47.307
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	40.825	36.816
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	40.825	36.816
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	10.152	10.491
1.01.02.02.01	Títulos Disponíveis para Venda	10.152	10.491
1.01.03	Créditos das Operações	16.399	16.860
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	16.399	16.860
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	537	0
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	0	54
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	515	734
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	6.577	7.000
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	8.770	9.072
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	3.124	6.482
1.01.04.01	Títulos e Créditos a Receber	965	4.177
1.01.04.03	Créditos Tributários e Previdenciários	1.871	1.999
1.01.04.04	Outros Créditos	288	306
1.01.05	Outros Valores e Bens	1.862	1.862
1.01.05.01	Bens a Venda	1.862	1.862
1.01.07	Despesas Antecipadas	439	0
1.01.08	Despesas de Comercialização Diferidas	340	0
1.02	Ativo Não Circulante	324.194	317.191
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	158.342	157.198
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	175	175
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	175	175
1.02.01.04	Créditos das Operações	66.656	65.896
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	63.319	62.662
1.02.01.04.04	Outros Créditos Operacionais	3.337	3.234
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	88.577	88.518
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	902	900
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	87.269	87.024
1.02.01.05.04	Títulos e Créditos a Receber	406	594
1.02.01.07	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.540	2.609
1.02.01.07.01	Empréstimos e Depósitos Compulsórios	2.540	2.609
1.02.01.09	Despesas de Comercialização Diferidas	394	0
1.02.02	Investimentos	157.201	151.780
1.02.02.01	Participações Societárias	149.705	144.225
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	149.240	143.760
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	465	465
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.496	7.555
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	7.496	7.555

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.03	Imobilizado	2.831	2.881
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.831	2.881
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	2.219	2.257
1.02.03.01.02	Bens Móveis de Uso Próprio	513	535
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	99	89
1.02.04	Intangível	5.820	5.332
1.02.04.01	Intangíveis	5.820	5.332

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	398.730	390.894
2.01	Passivo Circulante	21.952	22.485
2.01.01	Contas a Pagar	7.554	8.251
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	102	428
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	467	853
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	585	461
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	463	572
2.01.01.05	Dividendos a Pagar	5.937	5.937
2.01.02	Débitos de Operações	352	424
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	352	424
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	46	424
2.01.02.01.03	Corretores de Seguros e Resseguros	306	0
2.01.03	Depósitos de Terceiros	35	28
2.01.04	Provisões Técnicas	14.011	13.782
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	14.011	13.782
2.01.04.01.02	Provisão de Sinistros a Liquidar	14.011	13.782
2.02	Passivo Não Circulante	179.799	178.535
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	179.799	178.535
2.02.01.01	Contas a Pagar	2.462	2.619
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	2.154	2.180
2.02.01.01.02	Obrigações a Pagar	308	439
2.02.01.02	Débitos das Operações	1.027	1.850
2.02.01.03	Provisões Técnicas	93.219	92.184
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	93.219	92.184
2.02.01.04	Outros Passivos	83.091	81.882
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	83.091	81.882
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	196.979	189.874
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.449	6.489
2.03.03.01	Ativos Próprios	5.251	5.290
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	1.198	1.199
2.03.04	Reservas de Lucros	93.817	93.817
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	15.294	15.294
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	58.523	58.523
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.841	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-8.128	-10.432

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receitas das Operações	106	3.979
3.01.01	Operações de Seguros	106	3.979
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	52	57
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	54	3.922
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-177	-2.673
3.02.01	Operações de Seguros	-89	-4.711
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	531	-2.811
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-3	-4
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-617	-1.896
3.02.02	Operações de Resseguros	-88	2.038
3.02.02.01	Sinistros Retidos de Resseguros	-88	2.038
3.03	Resultado Bruto	-71	1.306
3.04	Despesas Administrativas	-5.650	-5.527
3.04.01	Despesas com Pessoal Próprio	-3.304	-2.704
3.04.02	Despesas com Serviços de Terceiros	-685	-895
3.04.03	Despesas com Localização e Funcionamento	-1.215	-956
3.04.04	Despesas com Publicidade e Propaganda	-131	-77
3.04.05	Despesas com Tributos	-254	-426
3.04.06	Despesas com Publicações	-22	-337
3.04.07	Despesas com Donativos e Contribuições	-18	-20
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-21	-112
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-396	222
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	128	132
3.05.02	Despesas com Imóveis destinados à Renda / Venda	-530	-553
3.05.03	Outros Investimentos	6	9
3.05.04	Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	0	634
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.259	10.335
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	10.259	10.335
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.142	6.336
3.08	Resultado Financeiro	640	74
3.08.01	Receitas Financeiras	2.564	2.388
3.08.02	Despesas Financeiras	-1.924	-2.314
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.782	6.410
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32	97
3.10.02	Diferido	-32	97
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.750	6.507
3.13	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.750	6.507
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,58906	0,80696
3.99.01.02	PN	0,64796	0,88765

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.750	6.507
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.395	198
4.02.01	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-339	1.733
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	109	-426
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	2.541	-1.139
4.02.07	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	-13	-272
4.02.08	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	6	127
4.02.16	Realização da reserva de Reavaliação	59	242
4.02.17	Efeito Tributário Sobre Realização da Reserva de Reavaliação	32	-67
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.145	6.705
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.145	6.705

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.868	-4.041
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.257	-4.824
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	4.750	6.507
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	278	131
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.259	-10.335
6.01.01.06	Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	367	104
6.01.01.07	Ganho/Perda na Alienação de Investimento e Imobilizado	0	-634
6.01.01.08	Receitas com Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Outros	-1.192	-893
6.01.01.09	Receitas com Créditos Fiscais e Previdenciários	-28	-53
6.01.01.10	Despesas com atualização e Juros de Provisões Técnicas (Líquidas)	626	681
6.01.01.11	Rendimentos com Aplicações Financeiras	-1.103	-1.589
6.01.01.12	Despesas com Atualização Monetária de Provisões Judiciais	1.190	1.321
6.01.01.13	Imposto de renda e contribuição social - diferido	32	-97
6.01.01.15	Provisões Trabalhistas e Cíveis	82	33
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.611	783
6.01.02.01	Ativos Financeiros	-2.906	2.198
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	-635	1.174
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	1.016	-1.322
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	155	920
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	848	25
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	-439	-858
6.01.02.07	Outros Ativos	18	-164
6.01.02.08	Impostos e Contribuições	-386	-277
6.01.02.09	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-335	-1.250
6.01.02.10	Débitos Operacionais com Seguros e Resseguros	-875	1.607
6.01.02.11	Depósitos de Terceiros	7	346
6.01.02.12	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	-732	1.494
6.01.02.13	Provisões Judiciais	60	-16
6.01.02.14	Outros Passivos	0	29
6.01.02.15	Ajustes Oscilação Cambial	-14	-365
6.01.02.16	Outros Créditos Operacionais	320	-2.776
6.01.02.17	Custos de Aquisição Diferidos	-734	0
6.01.02.18	Títulos e créditos a receber	21	18
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.071	679
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-28	-34
6.02.03	Aquisição de Intangível	-629	-743
6.02.05	Alienação de Investimentos	197	1.323
6.02.07	Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	10.531	133
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	203	-3.362
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.192	4.027
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.395	665

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874	0	189.874
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	6.489	93.817	0	-10.432	189.874	0	189.874
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	51	0	0	0	51	0	51
5.04.08	Ajuste Provisão	0	51	0	0	0	51	0	51
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.841	2.304	7.145	0	7.145
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.750	0	4.750	0	4.750
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	91	2.304	2.395	0	2.395
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis Para Venda	0	0	0	0	-339	-339	0	-339
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	109	109	0	109
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-13	-13	0	-13
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	2.541	2.541	0	2.541
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	6	6	0	6
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	91	0	91	0	91
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-91	0	0	0	-91	0	-91
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-91	0	0	0	-91	0	-91
5.07	Saldos Finais	100.000	6.449	93.817	4.841	-8.128	196.979	0	196.979

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654	0	173.654
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	6.656	79.291	0	-12.293	173.654	0	173.654
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	276	-46	0	0	230	0	230
5.04.08	Ajuste Provisão	0	276	0	0	0	276	0	276
5.04.09	Dividendos deliberados pela AGO de 30 de março de 2022	0	0	-46	0	0	-46	0	-46
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.682	23	6.705	0	6.705
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.507	0	6.507	0	6.507
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	175	23	198	0	198
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	1.733	1.733	0	1.733
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	-426	-426	0	-426
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-272	-272	0	-272
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	-1.139	-1.139	0	-1.139
5.05.02.11	Efeitos Tributários do Ajuste de Conversão	0	0	0	0	127	127	0	127
5.05.02.12	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	175	0	175	0	175
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-175	0	0	0	-175	0	-175
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-175	0	0	0	-175	0	-175
5.07	Saldos Finais	100.000	6.757	79.245	6.682	-12.270	180.414	0	180.414

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	942	3.875
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	1.255	57
7.01.04	Outras	54	3.922
7.01.05	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-367	-104
7.02	Variações das Provisões Técnicas	-1.203	0
7.02.01	Operações de Seguros	-1.203	0
7.03	Receita Operacional Líquida	-261	3.875
7.04	Benefícios e Sinistros	618	-2.831
7.04.01	Sinistros	469	-2.831
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	149	0
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.470	-4.352
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-1.782	-3.453
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-688	-899
7.06	Valor Adicionado Bruto	-2.113	-3.308
7.07	Retenções	-278	-131
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-278	-131
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.391	-3.439
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	12.783	15.554
7.09.01	Receitas Financeiras	2.564	2.388
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.259	10.335
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	-88	2.038
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cedidos	-87	20
7.09.05	Outros	135	773
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.392	12.115
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	10.392	12.115
7.11.01	Pessoal	2.774	2.306
7.11.01.01	Remuneração Direta	2.054	1.716
7.11.01.02	Benefícios	621	472
7.11.01.03	F.G.T.S.	99	118
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	900	967
7.11.02.01	Federais	733	674
7.11.02.03	Municipais	167	293
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.968	2.335
7.11.03.01	Juros	1.924	2.314
7.11.03.02	Aluguéis	44	21
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.750	6.507
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.750	6.507

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor do lucro líquido por ação e o valor patrimonial das ações).

Dentre os principais destaques do primeiro trimestre de 2023 comparados com o primeiro trimestre de 2022 estão:

Os Prêmios Emitidos Líquidos totalizaram no trimestre R\$ 1.255, um aumento de 2.101%, comparado com o mesmo período do ano anterior. Com a retomada das operações, este resultado positivo demonstra o desempenho alcançado com o contrato de representação (canal de distribuição) para venda de produtos de Seguro Garantia Estendida no valor de R\$ 1.203. Ao mesmo tempo, **os Prêmios ganhos** se mantiveram no mesmo patamar do período do ano anterior, devido ao reconhecimento da Provisão de prêmios não ganhos, referente as parcelas de prêmios com risco de vigência futura, no valor de R\$ 1.203.

As despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial, corresponderam a R\$ 737, mas em função da vigência dos respectivos riscos, houve o reconhecimento do diferimento dos custos atrelados aos riscos futuros dos prêmios emitidos, no valor de R\$ 734.

Os sinistros ocorridos com os efeitos de resseguro entre novas estimativas, reavaliações e acordos relacionados aos sinistros judiciais, a Companhia obteve um resultado positivo no valor total de R\$ 443 contra uma despesa de R\$ 773 no mesmo período do ano anterior.

As Outras Receitas e Despesas Operacionais apresentaram um resultado negativo de R\$ 563 (R\$ 2.023 positivo no mesmo período do ano anterior). Em 2022, reconhecemos o êxito de um processo judicial do ramo de Responsabilidade Civil Facultativa Veículo cujo efeito líquido foi de R\$ 2.180.

As Despesas administrativas incorreram em R\$ 5.396, um crescimento de 5,78%, representado basicamente pelo aumento de despesas com pessoal próprio no valor de R\$ 650 para adequação às necessidades da nova estrutura operacional e redução com despesas de publicações no valor de R\$ 315 com a utilização da faculdade estabelecida na resolução da CVM Nº 166, de 01.09.2022, que dispensa a Companhia para publicação em jornal de grande circulação.

Os investimentos em participações societárias atingiram um resultado positivo no valor de R\$ 10.279, crescimento de 4,38% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A remuneração com as aplicações financeiras foi de R\$ 1.103 no trimestre, corresponde uma redução de 44,06% comparado com o mesmo período do ano anterior, justificada pela redução do volume dos ativos em fundos de renda fixa com investimentos realizados.

Ganho com ativos não correntes - Não houve operação de vendas com imóveis no trimestre corrente. Já no mesmo período anterior incorremos em R\$ 634.

No período de 2023, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 4.750, redução de 27% em relação ao reportado no mesmo período de 2022. O valor patrimonial da ação

Comentário do Desempenho

em 31/03/2023 ficou avaliado em R\$ 25,65 (R\$ 24,72, em 31/12/2022), representando um aumento de 3,74% em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido inicial foi de 2,5% (10,49%, em 31/12/2022) e o lucro por ação R\$ 0,62 (R\$ 0,85, no mesmo período do ano anterior).

As principais informações referentes aos ramos operados pela Companhia, nos períodos findos em 31 de março de 2023 e de 2022, refletiram-se no resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas**COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**

Notas explicativas da Administração às informações intermediárias em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 para as contas patrimoniais e em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022 para as demais demonstrações
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto a quantidade de ações)

1. Contexto operacional

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (“Companhia”), constituída em 1870, tem por objetivo social as operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo, vida em grupo e garantia estendida.

A partir de janeiro 2021, em atendimento à resolução CNSP nº 388, de 8 de setembro de 2020, e alterações posteriores, a Companhia está enquadrada no segmento 3 (“S3”), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com a sucursal em São Paulo, mantendo ainda uma subsidiária integral no Uruguai denominada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. (“Compañia Uruguay”) que encontra-se em processo de liquidação voluntária.

Dentre as atividades realizadas pela Companhia, figuram a participação na Brasilcap Capitalização S.A. (“Brasilcap”) referência no mercado de capitalização e outras participações conforme nota explicativa nº 12, bem como investimentos em operações imobiliárias conforme nota explicativa nº 13.

▪ Resolução CNSP nº 432/2021

A partir de 3 de janeiro de 2022, entrou em vigor a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP Nº 432, atualizada pela Resolução - CNSP 448 de 10 de outubro de 2022, que revogou as Resoluções 321/2015, 412/2021 entre outras. As alterações estabelecem para as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras a inclusão de ajustes de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido (CMR) no cálculo do patrimônio líquido ajustado (PLA).

▪ Retomada das Operações da Companhia

Com base no projeto de revitalização das operações de seguros da Companhia, informado através do Fato Relevante do dia 23 de fevereiro de 2022 aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado com o lançamento de novos produtos nos segmentos pessoal (vida, acidentes pessoais e prestamista) e de danos (residencial, empresarial, riscos diversos e garantia estendida).

Em janeiro de 2023, a Companhia iniciou o processo de vendas do Seguro Garantia Estendida, através do contrato de representação (canal de distribuição) para venda de produtos de seguros com o parceiro varejista, que visa a proteção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, portáteis, móveis dentre outros após o vencimento da garantia original do fabricante, gerando tranquilidade e aproveitamento por muito mais tempo com o bem adquirido.

Notas Explicativas

A autorização para emissão das informações intermediárias de 31 de março de 2023 foi concedida pela Diretoria da Companhia em 12 de maio de 2023.

As informações intermediárias de 31 de março de 2023 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2023.

2. Elaboração e apresentação das informações intermediárias

a) Base de elaboração

As informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo as isenções de adoção facultadas às Companhias Abertas no Brasil para as ITRs do exercício de 2023, em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Por não haver diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o da controladora, as informações intermediárias estão sendo divulgadas em um único conjunto.

As informações intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método indireto, baseada na permissão prevista pelo órgão regulador.

b) Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira e práticas adotadas Brasil aplicáveis a companhias abertas, como suplemento das informações intermediárias. A DVA foi preparada com base nas disposições contidas no Pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação é o real (R\$), sendo os valores das informações intermediárias individuais e consolidadas expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I - Pronunciamentos Contábeis

- **CPC 50 - Contratos de Seguros** - Em 1º de janeiro de 2023 entrou em vigor o CPC 50 em substituição ao CPC 11 - Contratos de seguro. No dia 09 de maio de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou o informativo da Reunião do Colegiado nº 17, e decidiu que:

Notas Explicativas

- (a) o início de vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 deve ser mantido para os exercícios sociais iniciados em ou após 01.01.2023;
- (b) as DFPs (Demonstrações Financeiras Padronizadas) anuais de encerramento dos exercícios sociais iniciados em ou após 01.01.2023 deverão ser elaboradas e apresentadas com base no CPC 50;
- (c) exclusivamente no exercício social de 2023, será facultado às companhias a elaboração das Informações Trimestrais - ITRs com base no CPC 11 (política contábil anterior); e
- (d) as companhias que se utilizarem da permissão contida no item “c” acima, deverão elaborar e reapresentar seus ITRs referentes exercício social de 2023 com base no CPC 50, devendo arquivar as versões reapresentadas dos ITRs na mesma data em que apresentarem as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2023.

A Companhia junto com uma consultoria externa especializada no tema, estruturou as informações do CPC 50, mas devido à complexidade quanto aos impactos a serem divulgados não foi possível obter uma revisão mais completa em tempo hábil para atendimento ao prazo de envio das informações trimestrais e por isso, decidiu utilizar da isenção da faculdade para elaboração com base no CPC 11.

Esta norma estabelece os princípios para reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros e resseguros e contratos de investimento com característica de participação discricionária.

Ao identificar contratos no escopo do CPC 50, em alguns casos terá que avaliar se um conjunto ou uma série de contratos precisará ser tratado como um único contrato e se derivativos embutidos, componentes de investimento e componentes de bens e serviços devem ser separados e contabilizados sob outra norma. Também devem ser avaliados os impactos de outros componentes dentro dos contratos de resseguro.

A norma segrega os contratos de seguros por grupos e cada carteira é dividida em cortes anuais (ou seja, por ano de subscrição) e cada corte anual em três grupos para fins de mensuração:

- Quaisquer contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- Quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não têm qualquer possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e
- Quaisquer contratos remanescentes no corte anual.

Os modelos de mensuração são determinados com base em critérios específicos que envolvem análises quantitativas e qualitativas sobre esses contratos. Os modelos de mensuração aplicáveis podem ser segregados nas seguintes categorias:

(a) Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA)

É um modelo de mensuração simplificado em relação à Abordagem Geral de Mensuração (GMM ou BBA) e opcional no CPC 50 que está disponível para contratos de seguro e resseguro que atendem aos critérios de elegibilidade, permitido para grupos que tenham o limite de contrato de curto prazo.

(b) Abordagem Geral de Mensuração (GMM ou BBA)

É o principal modelo utilizado para mensuração dos contratos de seguro, baseado na mensuração dos Fluxos de Caixas Esperados (entradas e saídas), considerando uma

Notas Explicativas

estimativa de valor do dinheiro no tempo (impacto financeiro / Taxa de Desconto) e um ajuste de risco não financeiro.

A Companhia utilizou duas abordagens BBA e PAA, considerando as características dos contratos de seguro existentes. Os contratos de seguro devem ser mensurados considerando os componentes:

Fluxo de Caixa - De acordo com o CPC 50 a Companhia deve incluir na mensuração de um grupo de contratos de seguro todas as entradas e saídas esperadas dentro do limite contratual de cada grupo de contratos.

As estimativas de fluxos de caixa futuros de um grupo de contratos de seguro, conforme o CPC 50, devem:

- Incorporar de forma imparcial todas as informações razoáveis e verificáveis (estimativas não enviesadas) - que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos sobre o valor, momento e incerteza desses fluxos de caixa futuros;
- Incluir todos os fluxos de caixa futuros dentro dos limites de cada contrato no grupo;
- Refletir a perspectiva da Companhia, porém, mesmo assim, ser consistente com as condições observadas no mercado;
- Refletir as condições existentes na data de avaliação, incluindo premissas nessa data sobre o futuro (estimativas atuais ou correntes); e
- Projetar diversos componentes de forma explícita: a Companhia deve estimar o ajuste pelo risco não financeiro, e considerar o ajuste para o valor do dinheiro no tempo e risco financeiro de forma segregada.

Taxa de Desconto - As taxas de desconto aplicadas às estimativas dos fluxos de caixa futuros devem:

- a. refletir o valor do dinheiro no tempo;
- b. ser consistente com os preços de mercado, de acordo com as características dos contratos em termos de *duration*, moeda e liquidez; e
- c. excluir o efeito de fatores que influenciam tais preços de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa.

Para determinar as taxas de desconto na data de reconhecimento inicial de um grupo de contratos, a Companhia pode usar taxas de desconto médias ponderadas durante o período em que os contratos no grupo são emitidos (não pode exceder um ano).

No caso de grupos de contratos avaliados pela abordagem de alocação de prêmio (PAA), a entidade não é obrigada a ajustar os fluxos de caixa futuros para o valor do dinheiro no tempo e o efeito de risco financeiro se se espera que esses fluxos de caixa sejam pagos ou recebidos em um ano ou menos a contar da data em que os sinistros ocorrem.

Ajuste pelo Risco Não Financeiro - estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa.

Margem Contratual - lucro não ganho que será reconhecido conforme a prestação dos serviços de seguro, sendo representado no reconhecimento inicial pela diferença no valor presente das entradas e saídas estimadas dos fluxos de caixa menos o ajuste pelo risco não financeiro.

Notas Explicativas

Transição

A norma apresenta três opções de abordagens para transição, são elas:

- Abordagem retrospectiva completa (“*Full Retrospective Approach*” - FRA);
- Abordagem retrospectiva modificada (“*Modified Retrospective Approach*” - MRA);
- Abordagem do valor justo o (“*Fair Value Approach*” - FVA).

Somente quando for impraticável uma Companhia adotar uma aplicação retrospectiva completa para um grupo de contratos, ela pode optar entre aplicar uma abordagem retrospectiva modificada e/ou a abordagem do valor justo. De acordo com o IAS 8/CPC 23, a aplicação de um requisito é impraticável quando a Companhia não pode aplicá-lo depois de realizar todos os esforços razoáveis para o fazer.

O período de transição deve ocorrer no início do período de relatório anual, imediatamente anterior à data da aplicação inicial, a partir de 1º de janeiro de 2023. De acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os períodos comparativos e o impacto da nova norma serão divulgados de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira.

e) Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das informações intermediárias requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis que afetam os saldos dos ativos e passivos relevantes, com riscos significativos incluem cálculos para:

- (i) redução ao valor recuperável de contas a receber, imóveis (vidas úteis e *impairment*)

A Companhia constitui redução ao valor recuperável dos créditos de realização duvidosa tomando por base: os créditos de prêmios a receber vencidos relativos a riscos decorridos, inclusive outros valores a vencer deste mesmo devedor; os valores a recuperar do IRB - Brasil Resseguros S.A. referentes aos sinistros pagos há mais de 180 dias; e para os demais créditos é reconhecida a redução, quando aplicável, no montante suficiente para suportar a perda esperada.

A Companhia verifica no final de cada período a necessidade de reconhecer perda para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado, bem como rever as taxas de depreciação.

- (ii) Provisões Técnicas de Seguros

As provisões técnicas são obrigações constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Companhia constitui essas obrigações para reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos, utilizando de julgamentos e estimativas para apresentar a menor distorção com a sua realização.

Para constituição da provisão de sinistros a liquidar, a Companhia utiliza de todas as informações internas e externas, têm como base o histórico, opinião de advogados, do responsável pela liquidação dos sinistros e experiência do Atuário, e por isso não

Notas Explicativas

apresentam grandes distorções. Podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida).

A mensuração dos valores atuariais, dependem de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros e severidade. Seus critérios, métodos, parâmetros e fórmulas utilizados são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs).

(iii) Provisões e Contingências

A Companhia revisa periodicamente suas provisões e contingências, que são avaliadas com base nas melhores estimativas da Companhia e dos assessores legais. O valor da causa/reclamado é atribuído levando em consideração cada pedido indicado na petição inicial, engloba a totalidade do principal e seus reflexos, já os valores provisionados dos processos são estimados e atualizados pelos assessores legais com base em fatos geradores, dentre eles aspectos fáticos e reconhecimento do direito da parte, que representa a expectativa provável de perda da causa.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os seguintes principais aspectos:

▪ Prêmios e comissões

Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices, deduzidos dos cancelamentos e restituições e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, quando aplicável.

Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo são denominados como adicional de fracionamento e são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo de parcelamento acordado, quando aplicável.

▪ Retrocessões

O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações e provisões técnicas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas.

Notas Explicativas

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo (não circulante)

i. Instrumentos Financeiros - Classificação e mensuração

▪ Títulos para negociação - valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado.

▪ Títulos disponíveis para venda - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não se enquadram nas outras categorias. São ajustados ao valor de mercado, computando-se as valorizações ou desvalorizações em contrapartida à conta “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, com seu respectivo efeito tributário. Quando da alienação dos títulos procede-se à baixa dos ganhos ou perdas para o resultado.

▪ Empréstimos e recebíveis

Representam ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, efetuando-se a atualização monetária, quando aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável. Nesta categoria se encontram os prêmios de seguro a receber, os sinistros pagos a recuperar do IRB e congêneres, aluguéis e outros créditos operacionais representados substancialmente por adiantamento de comissão a título de remuneração por vendas futuras dos produtos de seguros e por créditos com operações com a Caixa Econômica Federal (CEF)/Sistema Financeiro Habitacional (SFH), bem como direitos resultantes da venda de imóveis e créditos a receber das investidas.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

ii. Demais itens

Os demais itens classificados no ativo circulante e no realizável a longo prazo (não circulante) são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos que são reconhecidos no resultado.

A redução ao valor recuperável dos demais créditos de realização duvidosa é reconhecida em base suficiente para suportar a perda esperada, quando aplicável.

Nos ativos circulante e não circulante, na rubrica “ativos de resseguros - provisões técnicas”, está considerada a parte do ressegurador no montante das provisões de sinistros a liquidar e de despesas relacionadas - PDR.

Notas Explicativas

As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

c) Investimentos em participações societárias

As participações societárias em controlada, coligada e investida sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das informações intermediárias individuais. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

d) Propriedades para investimentos

Neste grupo estão classificados os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, demonstrados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006.

As propriedades para investimentos que forem arrendadas obedecerão às regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimentos (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 13.

e) Custos de aquisição diferidos (CAD)

Referem-se as despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e são diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

f) Bens a Venda - Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, são classificados mantidos para venda quando são colocados efetivamente para venda imediata em suas condições atuais, que se encontram sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros e que seja altamente provável durante 12 meses para sua realização. São mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor justo menos as despesas de venda.

Notas Explicativas

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, exceto quanto aos imóveis (terrenos e edificações) que foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006.

A Companhia verifica no final de cada período a necessidade de reconhecer perda para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos itens do ativo imobilizado, bem como rever as taxas de depreciação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo.

Neste grupo será lançado qualquer operação de arrendamento classificado como Bens de Direito de Uso que estiver enquadrado nas regras do CPC 06 (R2), já em vigor.

A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 14.

h) Intangível

Representa, essencialmente, o custo de aquisição e desenvolvimento de softwares, deduzido das amortizações que são calculadas pelo método linear à taxa de 20% a.a. e pela aquisição dos direitos de exclusividade dos canais de venda de seguro garantia, que são amortizados pelo método linear com base nos prazos contratuais, quando aplicável.

Os custos com softwares que são diretamente atribuíveis a projetos com desenvolvimento, são reconhecidos como ativos intangíveis e os custos associados à manutenção como despesa no resultado, conforme incorridos.

A Companhia mantém registrado gastos na implementação de novos softwares que estão em andamento, sem amortização.

A composição detalhada do intangível consta da nota explicativa nº 15.

i) Provisões técnicas - seguros

Com referência às provisões técnicas a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 e na circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores.

▪ Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

Calculada “pro-rata” dia com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Em 31 de março de 2023, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 1.203, classificado no passivo circulante e não circulante com base no período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo, conforme consta na nota explicativa nº 26a.

Notas Explicativas

▪ Provisão Complementar de Cobertura

Esta provisão deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado semestralmente no Teste de Adequação de Passivos (TAP), a qual não é cumulativa. Em 31 de março de 2023, o montante desta provisão está constituído pelo valor de R\$ 2.107, classificado no passivo não circulante correspondente a prêmios futuros (R\$ 2.107, em 31/12/2022), conforme consta na nota explicativa nº 26d.

▪ Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, incluindo as operações de cosseguros aceitos, acrescida de encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação.

▪ Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)

Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, agregadamente, os valores de sinistros avisados e não pagos, nas esferas administrativas e judiciais. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, também líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Em 31 de março de 2023, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 388, conforme metodologia aplicada pela Companhia.

▪ Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados, nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro. Em 31 de março de 2023, esta provisão apresenta o saldo de R\$ 123, conforme metodologia aplicada pela Companhia.

▪ Provisão de despesas relacionadas (PDR)

Constituída mensalmente para cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada, líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros.

Notas Explicativas

j) Teste de adequação de passivos (TAP)

O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emittentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos, constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada semestre, através de um Teste de Adequação de Passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador.

Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas Estruturas a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de riscos e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e em dezembro de cada ano.

A partir de janeiro de 2022 a SUSEP passou a adotar nova metodologia de estimativa das estruturas a termo das taxas de juros livre de riscos para a curva prefixada utilizada pela Companhia. Entretanto, a sua obrigatoriedade foi a partir de junho de 2022. Para a curva de Cupom de IPCA não houve alterações, sendo utilizada, pela Companhia, a curva estimada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos “mantidos até o vencimento” em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecê-la na Provisão Complementar de Cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais provisões técnicas (PSL, PDR e IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalculer o teste de adequação.

k) Provisões para tributos diferidos

As provisões para tributos diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data base das informações intermediárias sobre os efeitos diferidos decorrentes de valores não tributáveis temporariamente sobre: ganhos não realizados na carteira de ações e venda de imóveis (circulante); reserva de reavaliação de imóveis (em 2006); e oscilação cambial de investimento no exterior (não circulante). A composição detalhada destas provisões consta da nota explicativa nº 16.

l) Provisões judiciais

As provisões judiciais nas esferas fiscais, trabalhistas e cíveis são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros com base na avaliação da Companhia e dos assessores jurídicos e são atualizados monetariamente, de acordo com os índices legais aplicáveis

Notas Explicativas

às diversas circunstâncias. A composição detalhada destas provisões consta na nota explicativa nº 17.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estas provisões por não serem aplicáveis.

m) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base na disposição estatutária que é assegurado o dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei para a sua retenção. O dividendo adicional proposto será constituído após aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

n) Critérios de consolidação

No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas intercompanhias, o investimento na controlada, as receitas, as despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre as Companhias consolidadas, quando aplicável.

A controlada Companhia Uruguay foi autorizada a funcionar em 24 de maio de 1995 pelo Poder Executivo do Uruguai no segmento de transporte, encontrando-se em processo de liquidação voluntária.

Para fins de consolidação, os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do período e as contas de resultado pela média mensal da taxa de câmbio. O valor líquido das diferenças cambiais resultantes dessa conversão é contabilizado no patrimônio líquido, em linha específica.

f) Lucro líquido por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro líquido por ação mediante a divisão do lucro, pela quantidade média ponderada das ações em circulação (ordinárias e preferenciais) durante o período. Não há efeitos diluídos.

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Operações continuadas		
Lucro líquido do período	4.750	6.507
Quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais	<u>7.680.000</u>	<u>7.680.000</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	<u><u>0,62</u></u>	<u><u>0,85</u></u>

Notas Explicativas

4. Aplicações (consolidado)

	31/03/2023			31/12/2022		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	%	Custo de aquisição	Valor de mercado	%
a) Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Título de renda fixa						
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	33.444	35.037	68,5	20.842	22.113	46,6
Quotas de outros fundos de investimentos	5.197	5.788	11,2	13.236	14.703	30,9
	38.641	40.825	79,7	34.078	36.816	77,5
b) Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	8.498	10.152	19,8	8.498	10.491	22,1
c) Outras aplicações (custo amortizado)						
Outras	165	175	0,3	165	175	0,4
Total de aplicações		51.152	99,8		47.482	100,0
Total de ativo de aplicações - Circulante		50.977			47.307	
Total de ativo de aplicações - Não Circulante		175			175	

A Companhia mantém sua estratégia de investimentos, aplicando 79,7% da sua carteira em fundos de investimentos com os seguintes objetivos:

- Atender as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e SUSEP que estabelecem os conceitos e regras para composição de reserva técnica para cobertura das operações. Para isto, aplica 91,5% dos seus ativos em fundos de investimentos em uma carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos, destinados a sociedades seguradoras e sociedades de capitalização; e
- Atender ao conceito de diversificação dos ativos buscando equilíbrio na relação “risco x rentabilidade”, para isto tem uma carteira de investimento em fundos diversificada com ativos que possuem como objetivo uma rentabilidade superior ao CDI e ativos que são atrelados a mercados de juros nominais, reais e índices de preços de mercado como os títulos públicos.

Em 2023, os fundos de renda fixa apresentaram uma rentabilidade de 2,73% equivalente a 85,87% do CDI.

4.1. Movimento de aplicações (circulante e não circulante - consolidado)

	Saldos em 31/12/2021	Aplicação	Resgate/ Venda	Rendimento	Ganho (Perda)	Saldos em 31/12/2022	Aplicação	Resgate/ Venda	Rendimento	Ganho (Perda)	Saldos em 31/03/2023
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	36.262	29.336	(46.866)	3.381	-	22.113	24.073	(12.099)	950	-	35.037
Quotas de outros fundos de investimentos	24.016	5.410	(17.293)	2.570	-	14.703	1.092	(10.160)	153	-	5.788
Títulos de Renda Fixa - Públicos - Uruguai	4.280	-	(3.869)	(418)	7	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda variável	10.689	548	(1.249)	-	503	10.491	-	-	-	(339)	10.152
Outros	176	-	-	-	(1)	175	-	-	-	-	175
Totais	75.423	35.294	(69.277)	5.533	509	47.482	25.165	(22.259)	1.103	(339)	51.152

4.2. Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. O valor de referência foi definido como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/03/2023			31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	35.037	-	-	22.113	-	-
Quotas de outros fundos de investimentos	5.788	-	-	14.703	-	-
Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
Títulos de renda variável	10.152	-	-	10.491	-	-
Outras aplicações (custo amortizado)						
	-	-	175	-	-	175
Totais	50.977	-	175	47.307	-	175

Notas Explicativas

5. Prêmios a receber (controladora e consolidado)

	31/03/2023	31/12/2022
Seguro de Garantia estendida	537	-
Saldo final	537	-

5.1 Movimentação dos prêmios a receber

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	4
Prêmios emitidos	1.307	234
IOF	89	1
Prêmios cancelados	(52)	(3)
Recebimentos	(807)	(236)
Saldo final	537	-

5.2 Posição de vincendas

	31/03/2023	31/12/2022
A Vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	537	-
Total a vencer	537	-

6. Outros créditos operacionais (controladora e consolidado)

	31/03/2023	31/12/2022
Valores a receber do SFH (i)	3.337	3.234
Principal	3.971	3.868
Redução ao valor recuperável	(634)	(634)
Comissões (ii)	6.577	7.000
Total	9.914	10.234
Circulante	6.577	7.000
Não circulante	3.337	3.234

- (i) A Companhia desde 2015, vem incorrendo em desembolsos relativos aos processos judiciais associados à apólice pública do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS/SFH, que passou a ser incluída nos processos judiciais, cujas demandas são garantidas pelo FCVS/SFH. As Seguradoras são acionadas no equivocado papel de representante, sendo de responsabilidade da CAIXA que é Administradora do referido Fundo. Em decorrência desta representação nas ações judiciais, é garantido às seguradoras, por serem partes ilegítimas nos processos, o direito de receberem o reembolso de todos os dispêndios incorridos.
- (ii) Em 18 de outubro de 2022, foi celebrado um contrato de representação para venda de produtos de seguros com um parceiro Varejista, com direito de exclusividade para a Companhia na oferta de produtos de seguros e assistência nas lojas físicas e meios digitais. O contrato estabelece um adiantamento de R\$ 7.000 a título de remuneração por vendas futuras, cujo pagamento foi efetuado em uma única parcela no dia 09 de

Notas Explicativas

novembro de 2022, sendo amortizada pelos valores devidos sobre a comissão da representante.

7. Títulos e créditos a receber (controladora e consolidado)

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		
Aluguéis a receber	874	896
Direitos resultantes da venda de imóveis	901	885
Dividendos a receber das coligadas	-	3.210
Redução ao valor recuperável	(810)	(814)
	<u>965</u>	<u>4.177</u>
Não circulante		
Direitos resultantes da venda de imóveis	406	594
Total dos títulos e créditos a receber	<u><u>1.371</u></u>	<u><u>4.771</u></u>

8. Créditos tributários (controladora)

Os créditos correspondem substancialmente as retenções de IRPJ sobre JCP recebidos e saldos negativos de IRPJ e de CSLL, cujas restituições/compensações foram pleiteadas à Receita Federal do Brasil, tendo a Companhia recebido e compensado o valor de R\$ 161 durante o período de 2023. O total dos créditos fiscais apresentado no circulante decorrem de dois pedidos de restituição que foram totalmente deferidos pela análise automática da Receita Federal em dezembro de 2022.

Abaixo estão demonstrados os valores dos créditos tributários:

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		
Retenções de imposto de renda	1.017	1.004
Créditos de contribuições previdenciárias	5	5
Créditos Fiscais - IRPJ	786	918
Créditos Fiscais - CSLL	49	52
	<u>1.857</u>	<u>1.979</u>
Não circulante		
Créditos Fiscais - IRPJ	897	895
Créditos Fiscais - CSLL	5	5
	<u>902</u>	<u>900</u>
Total de créditos tributários e previdenciários	<u><u>2.759</u></u>	<u><u>2.879</u></u>

A Companhia não vem reconhecendo contabilmente os créditos tributários resultantes de bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de prejuízos fiscais acumulados e de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados. Este procedimento decorre do fato de não haver, no momento, expectativa de base tributável futura relacionada com as suas atividades operacionais. Em 31 de março de 2023, a base de cálculo negativa da CSLL e adições temporárias montavam a R\$ 99.028 (R\$ 93.485, em 31/12/2022) e o saldo de prejuízos fiscais e adições temporárias a R\$ 101.575 (R\$ 96.032, em 31/12/2022). Aplicando-se as respectivas alíquotas sobre os referidos valores, verifica-se a existência de crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 40.248 (R\$ 38.966, em 31/12/2022), cuja

Notas Explicativas

compensação, apesar de não estar adstrita a qualquer prazo prescricional, encontra-se limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

A partir de 1º de janeiro de 2023, o cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 15%, conforme Lei nº 14.446 que alterou a Lei nº 7.689/1988 publicada em 2 de setembro de 2022.

9. Bens a venda (controladora)

Correspondem a transferência do valor contábil de dois terrenos avaliados ao método de custo, com base na promessa de compra e venda no formato de permuta financeira, que quando cumpridas as obrigações definidas e finalizadas todas as condicionantes, será outorgada as escrituras de compra e venda dos respectivos terrenos.

10. Custo de aquisição diferidos- Seguros (controladora e consolidado)

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		
Seguro de Garantia estendida	340	-
Não circulante		
Seguro de Garantia estendida	394	-
Saldo final	734	-

O prazo médio de diferimento é de 18 meses. Do total apresentado, a Companhia utiliza como redutor da necessidade de cobertura técnica o montante de R\$ 429, que correspondem aos custos de aquisição diferidos das despesas efetivamente liquidadas diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial, registrado e diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco abrangido pela PPNG.

(i) Movimentação do período

	Saldo
Saldo em 31/12/2022	-
Gastos com representantes de seguro	765
Cancelamentos	(31)
Amortização	-
Saldo em 31/03/2023	734

11. Depósitos judiciais e fiscais (controladora)

A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos, motivo pelo qual vem ingressando com ações judiciais e depositando os valores correlatos com o intuito de provocar a respectiva suspensão de exigibilidade, o mesmo ocorrendo com determinada cobrança indevida de Foro pela União Federal.

Adicionalmente, a Companhia vem depositando judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas.

Notas Explicativas

Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos judiciais - Sinistros	3.704	3.804
Depósitos judiciais - IRB e congêneres	1.078	1.850
PIS	18.510	18.244
COFINS	63.263	62.418
Foro	192	189
Trabalhistas	101	101
CSLL - 2011	164	161
Outros depósitos	257	257
	<u>87.269</u>	<u>87.024</u>

Os passivos tributários e de Foro correspondentes aos valores depositados judicialmente, acima especificados, devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente, pelo valor do litígio, sob a rubrica “provisões judiciais” (passivo não circulante), quando aplicável, conforme resumido na nota explicativa nº 17. Para os depósitos judiciais relacionados com processos de sinistros há passivo equivalente sob a rubrica “provisões técnicas” no passivo não circulante.

12. Participações societárias e outros investimentos

12 - Participações societárias e outros investimentos

	Participação (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2022
Controlada												
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. ("Companhia Uruguay") 16.000.000 ações ON em 2023 e 2022 - em liquidação (i)	100,00	100,00	237	237	550	543	20	(487)	550	543	20	(487)
Coligada												
Brasilcap Capitalização S.A. ("Brasilcap") - 51.292.002 ações ON e 12.187.552 ações PN em 2023 e 2022 (ii)	15,86	15,91	354.398	354.398	682.326	649.780	62.687	53.189	108.192	103.032	9.940	8.462
Investida sob controle comum												
Companhia de Participações Aliança da Bahia ("Aliança Participações")- 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2023 e 2022 (iii)	5,96	5,96	410.359	410.359	687.268	682.866	584	26.781	41.047	40.728	319	1.873
Outras participações societárias									383	383	-	-
Total de Participações societárias									150.172	144.686	10.279	9.848
Outros investimentos												
Incentivos fiscais									128	128		
Redução ao valor recuperável									(46)	(46)		
Total de Outros investimentos									82	82		
									150.254	144.768		

Notas Explicativas

(a) Movimentação das participações societárias

	(i) Companhia Uruguay	(ii) Brasilcap	(iii) Aliança Participações	Outras participações	Total
Saldo em 31/12/2021	3.846	75.561	39.849	383	119.639
Dividendos	(134)	(3.211)	(669)	-	(4.014)
Juros sobre capital próprio	-	(5.871)	(763)	-	(6.634)
Redução de capital	(2.299)	-	-	-	(2.299)
Equivalência patrimonial	(758)	34.530	2.327	-	36.099
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.319	(16)	-	2.303
Conversão acumulada	(112)	-	-	-	(112)
Alteração na participação da coligada - transferência de ações	-	(275)	-	-	(275)
Perda com alteração na participação - transferência de ações	-	(21)	-	-	(21)
Saldo em 31/12/2022	543	103.032	40.728	383	144.686
Dividendos	-	(7.321)	-	-	(7.321)
Equivalência patrimonial	20	9.940	319	-	10.279
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.541	-	-	2.541
Conversão acumulada	(13)	-	-	-	(13)
Saldo em 31/03/2023	550	108.192	41.047	383	150.172

- (i) **Compãnia Uruguay** - A controlada está em processo de liquidação voluntária, conforme fato relevante divulgado em 25 de março de 2019.
- (ii) **Brasilcap** - A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,86% do capital total. Em 10 de fevereiro de 2023, foi creditado o valor de R\$ 10.531 referente ao dividendo mínimo obrigatório e complementar do exercício de 2022.
- (iii) **Aliança Participações** - Esse investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base na classificação do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

13. Propriedades para investimentos

		31/03/2023	31/12/2022
Valor de aquisição/ reavaliação	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio			
Terrenos	-	4.167	4.167
Edificações e benfeitorias	(3.921)	3.329	3.388
11.417	(3.921)	7.496	7.555

A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota 3d). Em 31 de março de 2023, não existem imóveis oferecidos em garantia de processos judiciais com sinistros e tributos.

Notas Explicativas

(i) Movimentação das propriedades para investimentos

	Custo de aquisição/ reavaliação	(-) Depreciação	Valor líquido
Saldo em 31/12/2021	11.319	(2.738)	8.581
Depreciação	-	(159)	(159)
Baixa (a)	(704)	177	(527)
Transferência do imobilizado (b)	2.664	(1.142)	1.522
Transferência para imóveis disponíveis para venda (c)	(1.862)	-	(1.862)
Saldo em 31/12/2022	11.417	(3.862)	7.555
Depreciação	-	(59)	(59)
Saldo em 31/03/2023	11.417	(3.921)	7.496

Movimentação em 2022

- (a) Nos meses de janeiro, julho e outubro de 2022, foram alienados imóveis respectivamente, no valor de R\$ 1.000, R\$ 900 e R\$ 190, gerando um lucro de R\$ 1.555 e efeito na redução de prejuízos fiscais de R\$ 446.
- (b) Em 2022, foi transferido da rubrica imobilizado para investimento o imóvel onde funcionava a sede da Companhia, devido ao fato de não estar sendo mais utilizado nas atividades administrativas e operacionais, e a Administração vem prospectando um contrato de arrendamento.
- (c) Transferência de dois terrenos avaliados ao método de custo para a rubrica “Bens a Venda” de ativos não circulantes mantidos para a venda.
- (ii) **Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimentos**

A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017.

a) Unidades imobiliárias

O quadro abaixo demonstra a composição atual das unidades imobiliárias (classificação e quantidade).

Muitos imóveis são das décadas compreendidas entre 1930 e 1960 e outros de maior potencialidade econômica foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970.

Notas Explicativas

Descrição	Locadas	Disponíveis p/Locação ou Venda	Total
Terrenos	-	11	11
Prédio residencial	-	1	1
Prédios comerciais	5	2	7
Apartamentos	4	-	4
Salas	8	33	41
Lojas	4	4	8
Conjuntos comerciais	3	8	11
Total	24	59	83

b) Posição de aluguéis a receber

	Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022
A vencer	54	55
Vencidos		
30 dias	11	21
60 dias	3	16
90 dias	3	2
120 dias	1	2
150 dias	1	1
180 dias	1	1
>180 até 360 dias	14	22
>360 dias	786	776
Redução ao valor recuperável (nota 3d)	(810)	(814)
Saldo final	64	82

c) Efeito resultado

	Controladora	
	31/03/2023	31/03/2022
Resultado dos imóveis para renda		
Receitas com imóveis de renda	128	132
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(530)	(553)
	(402)	(421)
Resultado dos imóveis com alienação		
Imóveis	-	1.000
Custo dos Imóveis	-	(366)
	-	634
Resultado total dos imóveis	(402)	213

d) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel

Os reajustes contemplam a variação anual do IGPM-FGV/IPCA, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

e) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos

Notas Explicativas

Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, a fim de minimizar as perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado, cujo montante contabilizado no ativo possui o saldo de R\$ 810 (R\$ 814, em 31/12/2022).

Os investimentos em imóveis, no valor de R\$ 7.496 (R\$ 7.555, em 31/12/2022), estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R\$ 5.005 (R\$ 5.043, em 31/12/2022).

A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e do capital, segundo as normas vigentes à época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017.

Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância, monitoramento e seguros. Portanto, não existem riscos relevantes que possam afetar o patrimônio da Companhia.

14. Imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/03/2023	Taxas anuais de depreciação
IMÓVEIS												
Terrenos - Custo / Reavaliação												
Custo de aquisição	923	-	-	-	(245)	678	-	-	-	-	678	
Edificações - Custo/Reavaliação												
Custo de aquisição	6.102	-	-	-	(2.419)	3.683	-	-	-	-	3.683	Nota (A)
(-) Depreciação	(3.016)	-	(230)	-	1.142	(2.104)	-	(38)	-	-	(2.142)	
BENS MÓVEIS												
Informática - hardware												
Custo de aquisição	280	220	-	-	-	500	16	-	-	-	516	20%
(-) Depreciação	(68)	-	(74)	-	-	(142)	-	(25)	-	-	(167)	
Outros - equipamentos												
Custo de aquisição	36	3	-	-	-	39	-	-	-	-	39	10%
(-) Depreciação	(21)	-	(4)	-	-	(25)	-	(1)	-	-	(26)	
Móveis, máquinas e utensílios												
Custo de aquisição	167	17	-	-	-	184	2	-	-	-	186	10%
(-) Depreciação	(60)	-	(17)	-	-	(77)	-	(4)	-	-	(81)	
Veículos												
Custo de aquisição	388	-	-	(167)	-	221	-	-	-	-	221	20%
(-) Depreciação	(292)	-	(40)	167	-	(165)	-	(10)	-	-	(175)	
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES												
Custo de aquisição	60	29	-	-	-	89	10	-	-	-	99	
TOTAL	4.499	269	(365)	-	(1.522)	2.881	28	(78)	-	-	2.831	

(A) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 3 g). A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 31 de março de 2023, não existem imóveis de uso próprio oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.

15. Intangível

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Amortização	Transferência	Saldos em 31/12/2022	Adição	Amortização	Transferência	Saldos em 31/03/2023	Taxas anuais de amortização
Softwares										
Custo de aquisição	-	-	-	1.878	1.878	-	-	92	1.970	
(-) Amortização	-	-	(131)	-	(131)	-	(95)	-	(226)	20%
Marcas e patentes	-	92	-	-	92	-	-	-	92	
Direito de Uso (i)	-	1.097	-	-	1.097	-	(46)	-	1.051	14,40%
Intangível em formação (ii)	860	3.414	-	(1.878)	2.396	629	-	(92)	2.933	
TOTAL	860	4.603	(131)	-	5.332	629	(141)	-	5.820	

(i) Refere-se ao pagamento pelo direito de exclusividade (canal de distribuição) na oferta de produtos de seguros e assistência da Companhia nas lojas físicas e sites do representante varejista Baianão Móveis e Eletrodomésticos, sendo amortizado em 6 anos (72 meses), contados da data de início de vendas dos produtos, que iniciou em fevereiro de 2023.

(ii) Em 2023, a Companhia ativou mais uma etapa do novo sistema operacional ERP que iniciou em 2021, referente ao *Run-off*, no valor de R\$ 92. Os demais gastos controlados como intangível em formação serão transferidos quando os bens estiverem disponíveis para uso dando início a amortização.

Notas Explicativas

16. Impostos e contribuições e tributos diferidos (controladora)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante		
Impostos e contribuições diferidos		
Imposto de renda s/ações	289	349
CSLL s/ações	174	223
	<u>463</u>	<u>572</u>
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições diferidos		
Imposto de renda s/imóveis - reavaliação	1.276	1.239
CSLL s/imóveis - reavaliação	766	823
Imposto de renda s/investimento exterior	70	72
CSLL s/investimento exterior	42	46
	<u>2.154</u>	<u>2.180</u>

A provisão constituída no passivo circulante refere-se aos impostos e contribuições incidentes sobre os ajustes do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, registrados no patrimônio líquido sob o título “ajustes de avaliação patrimonial”, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

A provisão constituída no passivo não circulante refere-se aos efeitos tributários futuros relativos à realização da reserva de reavaliação de terrenos/edificações (em 2006) e sobre oscilação cambial de investimentos no exterior, considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

A partir de 1º de janeiro de 2023, o cálculo da CSLL está considerando a alíquota de 15%, conforme Lei nº 14.446 que alterou a Lei nº 7.689/1988 publicada em 2 de setembro de 2022.

17. Provisões judiciais (controladora)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo não circulante		
PIS	18.514	18.247
COFINS	63.288	62.435
CSLL - 2011	164	161
Foro	192	188
Provisões Cíveis	116	16
Provisões Trabalhistas	817	835
	<u>83.091</u>	<u>81.882</u>

Notas Explicativas

a) Mapa de movimentações

	Provisões Judiciais				Depósitos Judiciais	
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldo em 31/03/2023	Saldo em 31/12/2022
(i) Tributários	81.032	60	1.067	-	82.159	81.012
PIS	18.247	8	259	-	18.514	18.244
COFINS	62.435	52	801	-	63.288	62.418
CSLL	161	-	3	-	164	161
FORO	189	-	4	-	193	189
(ii) Trabalhistas	835	-	(18)	-	817	101
(iii) Cíveis	15	94	6	-	115	-
TOTAL	81.882	154	1.055	-	83.091	81.113
						82.230

(i) Fiscais

- **PIS:** A cobrança da contribuição ao PIS vem sendo discutida em quatro ações. A primeira objetivou o não recolhimento do PIS nos moldes da interpretação dada pela Medida Provisória n° 517/94 à Emenda Constitucional n° 1/94, tendo já havido um desfecho desfavorável à Companhia. Como, em paralelo, correu um processo administrativo que discutiu a cobrança de parte das contribuições que foram depositadas em juízo nessa ação judicial e neste foi obtida uma decisão favorável, com o retorno do processo judicial à vara de origem, a Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado judicialmente, pedido este que ainda não foi apreciado pelo Juiz competente, sendo possível que o desfecho final venha a ser desfavorável à Companhia. Foi também impetrado Mandado de Segurança objetivando o não recolhimento do PIS, dos períodos compreendidos entre 01/01/96 a 05/06/96 e 01/07/97 a 23/02/98, em vista da não observância dos princípios da irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais n°s 10/96 e 10/97. Em 2013, foi impetrado outro Mandado de Segurança com vistas a afastar a cobrança da contribuição relativa aos meses de fevereiro e março de 1997, uma vez que, quando os valores correspondentes foram lançados pelo Fisco Federal, já teria se consumado o prazo de decadência do direito ao lançamento. Em maio de 2016, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a cobrança do PIS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis). Os valores correspondentes foram depositados em juízo e são possíveis as chances de perda dessas três últimas questões;
- **COFINS:** A cobrança da COFINS vem sendo discutida em duas ações. Grande parte do valor está sendo discutido no bojo de um Mandado de Segurança que objetiva o reconhecimento do direito de a Companhia não proceder ao recolhimento da COFINS, uma vez que, sendo inconstitucional o alargamento da base de cálculo previsto na Lei n° 9.718/98, não é ela contribuinte da COFINS. Para uma parte do valor discutido, relativo à COFINS incidente sobre as receitas de prêmios de seguros, que foi, inclusive, depositada judicialmente, a expectativa de perda é "Possível"; já para a parcela do valor discutido relativa à COFINS incidente sobre outras receitas, tais como receitas financeiras e de aluguéis, cujos valores depositados em juízo montam aproximadamente a R\$ 18.539 (R\$ 18.406, em 31/12/2022), apesar de que já tenha havido trânsito em julgado de decisão judicial que assegurou o direito da Companhia, ao tentar proceder ao levantamento dos valores correlatos, houve resistência por parte da Fazenda Nacional, de forma que o Juízo de Primeiro Grau

Notas Explicativas

determinou a realização de perícia contábil, tornando, portanto, a questão controvertida, sendo “Possível” o risco de perda. O saldo remanescente está sendo discutido na mesma ação ajuizada em maio de 2016, referida no tópico acima (PIS), relativa à cobrança da COFINS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis), com expectativa de perda possível;

- **CSLL:** Mandado de Segurança preventivo com a finalidade de ver reconhecido o direito líquido e certo de não se submeter à cobrança de CSLL sobre os valores correspondentes às despesas relativas a tributos com exigibilidade suspensa. Em relação a essa causa, a Companhia desistiu do litígio para incluir os débitos correlatos no PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, que foi convertida na Lei nº 13.496/2017. Como houve depósito judicial do montante contabilizado, este será mantido nos registros da Companhia até que venha a ser convertido em renda da União Federal, o que já está sendo providenciado no processo correlato;

Os valores relacionados com as discussões acima reportadas, por se referirem a obrigações legais, são contabilizados independentemente da sua probabilidade de perda.

(ii) Trabalhistas

A Companhia tem ações judiciais de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados por nossos assessores legais como prováveis, no valor de R\$ 817 (R\$ 835, em 31/12/2022), que decorrem basicamente de cobrança de horas extras e pagamento de plano de saúde vitalício.

(iii) Cíveis

As provisões cíveis referem-se às reclamações judiciais relacionadas a sinistros ocorridos fora da vigência das apólices, sinistros liquidados administrativamente e posteriormente reclamados na justiça, bem como sinistros envolvendo veículos não segurados.

Passivos Contingentes não provisionados

A Companhia tem ações judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Companhia e assessores legais como possíveis, para as quais não há provisão constituída, sendo R\$ 99 (R\$ 101, em 31/12/2022) com reclamações trabalhistas e R\$ 432 (R\$ 417, em 31/12/2022) com processos cíveis.

18. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é representado por 3.840.000 ações ordinárias nominativas e 3.840.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Notas Explicativas

De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam do direito à distribuição de um dividendo 10% (dez por cento) superior àquele atribuído às ações ordinárias.

b) Reserva de reavaliação

▪ Ativos próprios

Corresponde a reavaliação de imóveis anterior à Lei nº 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não estorná-la, consoante faculdade prevista na referida Lei.

A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo.

▪ Ativos de investida sob controle comum

Reflexo da reavaliação de imóveis da investida Aliança Participações anterior à Lei nº 11.638/2007, de acordo com o percentual de participação do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

c) Reserva legal

Constituída no final do exercício à razão de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias. A Companhia suspendeu a constituição por ter atingido o referido limite.

d) Outras reservas de lucros

Refere-se à parcela de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento de capital, dos exercícios de 2019 a 2022, aprovada pelas AGO de cada exercício.

e) Reserva de lucros a realizar

Montante de equivalência patrimonial não realizada financeiramente, sendo R\$ 10.648 da Brasilcap e R\$ 4.646 da Aliança Participações, referente ao exercício de 2020.

f) Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Referem-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda da Companhia e da investida Brasilcap. A realização deste saldo ocorrerá através da sua transferência ao resultado, à medida que ocorrer a venda dos títulos, líquida dos efeitos tributários.

Inclui, também, ajustes acumulados de conversão de investimento societário no exterior, líquidos dos efeitos tributários, a serem realizados quando da transferência dos recursos para Companhia.

Notas Explicativas

g) Dividendos

Em 30 de março de 2023, foi aprovada pela AGO a distribuição de dividendos no valor de R\$ 4.857 (ON 0,602330586 e PN 0,662563644), referente ao exercício de 2022, cujo montante foi pago em 28 de abril de 2023.

19. Instrumentos financeiros (controladora)

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos financeiros como observância a classificação de rating de instituições financeiras, existência de contrato de gestão de carteira com instituição consolidada, aplicação de recursos em ativos exclusivamente para seguradoras e rotinas de acompanhamento e controle de rentabilidades e demais indicadores financeiros que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos da Companhia em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis.

A Companhia considera que não existem riscos relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que os mesmos estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; e (2) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP.

A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 31 de março de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

20. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são:

- Risco de subscrição;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional; e
- Risco de liquidez.

Gestão de risco de subscrição

Atualmente a Companhia está operando somente nos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais coletivo e Garantia Estendida, buscando um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos.

Em que pese a Companhia não estar operando em todos os ramos, trabalha na escolha de seus limites de retenção de acordo com critérios técnicos, através de seu setor especializado,

Notas Explicativas

visando o equilíbrio de suas operações em qualquer momento, quando do repasse ao ressegurador.

Gestão de risco de mercado

A Companhia aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, para que se obtenha segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, adotando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

A Companhia seleciona as instituições financeiras para aplicação de seus recursos, através de assessoria de investimentos. Os principais ativos financeiros estão representados por fundos de investimentos atrelados a títulos públicos e títulos de renda fixa privados e por ações no mercado mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, incluindo fundos de índices os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 21).

Diante disso, a Companhia está exposta a riscos financeiros ligados à sua carteira de aplicações. Para a mitigação desses riscos, a Companhia possui estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por empresas de primeira linha, com o objetivo de evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. Além disso, a Companhia se utiliza de critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Os principais riscos identificados na gestão financeira são:

- Possibilidade de perda em decorrência de oscilações nos preços, índices e taxas nos mercados financeiros; e
- Variação desfavorável de retorno financeiro, devido à volatilidade a que está sujeita a carteira de ações.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito dos ativos financeiros e ativos de resseguro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas pela desvalorização dos recebíveis decorrentes da redução na classificação de risco e/ou pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

Os principais créditos de resseguro estão relacionados com o IRB-Brasil Resseguros S.A. referentes a sua participação em sinistros e Caixa Econômica Federal - SFH. A Companhia reconhece a perda esperada em todas as contas a receber, quando aplicável.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que mantém operações apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem ratings fornecidos por agências internacionais como Fitch Rating, Standard and Poor's e Moody's Investor. Em 31 de março de 2023, 100% dos recursos de renda fixa estão alocados em instituições financeiras com classificação de risco AAA.

Notas Explicativas

Gestão de risco operacional

Como possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. O gerenciamento de risco operacional da Companhia em conformidade com princípios éticos em suas tomadas de decisões, tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna sobre os itens abaixo:

- Bons controles internos;
- Infraestrutura tecnológica e segurança;
- Softwares atualizados; e
- Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

Como medidas atreladas as melhores práticas para cumprir e observar rigorosamente a legislação vigente, a Companhia contratou uma empresa especializada para atender as questões de *Compliance*, processos e BPO- gestão de riscos.

Gestão de risco de liquidez

Possibilidade de a Supervisionada não ser capaz de cumprir suficientemente suas obrigações financeiras esperadas, sobretudo quanto a insuficiência de coberturas das provisões técnicas, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar seus ativos, ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas em decorrência de rentabilidades ou descasamentos ocorridos durante a gestão de fluxos de ativos e passivos dessas provisões.

21. Garantias obrigatórias das provisões técnicas de seguros (controladora)

	31/03/2023	31/12/2022
Provisão de sinistros a liquidar	99.939	99.942
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	124	201
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	3.857	3.716
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	2.107	2.107
Provisão de prêmios não ganhos	1.203	-
	107.230	105.966
(-) Depósitos judiciais-Sinistros	(3.704)	(3.804)
(-) Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	(72.089)	(71.734)
(-) Direitos creditórios (i)	(500)	-
(-) Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG - pagos	(429)	-
	(76.722)	(75.538)
Valor a Garantir	30.508	30.428
Bens Garantidores - Controladora		
Títulos de renda variável	8.380	8.488
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	28.030	19.902
Quotas de outros fundos de investimentos	2.894	7.352
	39.304	35.742

(i) Correspondem ao montante de prêmios a receber, referente às parcelas não vencidas, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo.

Notas Explicativas

22. Remuneração a administradores

A remuneração a administradores inclui os honorários do conselho de administração e diretoria, incluindo encargos e benefícios, cujo montante no período foi de R\$ 922 (R\$ 939, em 2022).

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas chave da Administração com base em ações.

23. Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (controladora)

Base de Cálculo do Imposto de Renda	31/03/2023	31/03/2022
Lucro antes dos tributos	4.782	6.410
Ajustes para cálculo da tributação:		
Adições	612	1.749
Exclusões	(10.304)	(10.369)
(Prejuízo) Lucro fiscal	(4.910)	(2.210)
Base de Cálculo da Contribuição Social Sobre o Lucro	31/03/2023	31/03/2022
Lucro antes dos tributos	4.782	6.410
Ajustes para cálculo da tributação:		
Adições	612	1.575
Exclusões	(10.304)	(10.369)
Base (negativa) positiva de CSLL	(4.910)	(2.384)

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado de 2023 e 2022, estão influenciados dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação, realização do diferimento sobre venda de imóveis e realização de oscilação cambial de participação societária no exterior.

24. Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e para cobertura de riscos inerentes aos diretores.

25. Principais segmentos de operações de seguros (com os efeitos de resseguro)

Ramos	Prêmios Ganhos		Sinistros		Comissões incorridas	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Acidentes Pessoais	4	1	(16)	(20)	-	-
Vida em Grupo	48	56	(63)	(151)	(3)	(4)
Outros	-	-	522	(602)	-	-
Total	52	57	443	(773)	(3)	(4)

Notas Explicativas

26. Movimentação das principais contas operacionais vinculadas às provisões técnicas (controladora e consolidado)**a) Provisão de prêmios não ganhos**

	31/03/2023	31/12/2022
	PPNG - seguros	
Saldos balanço anterior	-	-
Constituição e encargos	1.203	-
Total de PPNG	1.203	-

b) Provisão de sinistros a liquidar

	31/03/2023	31/12/2022
	Seguros	
Saldos balanço anterior	78.269	74.528
Constituição e encargos	579	8.142
Liquidação	(1.318)	(4.401)
Saldos balanço atual	77.530	78.269
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	22.027	19.285
Constituição e encargos	638	2.947
Liquidação	(1)	(205)
Saldos balanço atual	22.664	22.027
	Recuperações de cosseguros cedidos	
Saldos balanço anterior	(1.208)	(1.112)
Reversão (constituição) e encargos	66	(107)
Liquidação	-	11
Saldos balanço atual	(1.142)	(1.208)
	Retrocessões	
Saldos balanço anterior	854	915
Constituição (reversão) e encargos	33	(61)
Saldos balanço atual	887	854
Total de sinistros a liquidar	99.939	99.942

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	31/03/2023	31/12/2022
Saldos balanço anterior	201	1.885
Reversão e encargos	(77)	(1.684)
Saldos balanço atual	124	201

Notas Explicativas

d) Provisão de despesas relacionadas

	31/03/2023	31/12/2022
	Seguros	
Saldos balanço anterior	3.414	3.396
Constituição e encargos	190	449
Liquidação	(52)	(431)
Saldos balanço atual	3.552	3.414
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	302	147
Constituição e encargos	7	164
Liquidação	(4)	(9)
Saldos balanço atual	305	302
Total de despesas relacionadas	3.857	3.716
e) Provisão Complementar de Cobertura	2.107	2.107
Total das Provisões	107.230	105.966
Total das Provisões - Circulante	14.011	13.782
Total das Provisões - Não Circulante	93.219	92.184

f) Ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/03/2023	31/12/2022
	Recuperação de Resseguros cedidos - seguros (PSL)	
Saldos balanço anterior	53.205	50.067
Constituição e encargos	723	5.824
Liquidação	(905)	(2.686)
Saldos balanço atual	53.023	53.205
	Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PSL)	
Saldos balanço anterior	16.424	14.289
Constituição e encargos	469	2.295
Liquidação	-	(160)
Saldos balanço atual	16.893	16.424
	Recuperação de Resseguros cedidos - seguros - (PDR)	
Saldos balanço anterior	1.865	1.742
Constituição e encargos	86	365
Liquidação	(20)	(242)
Saldos balanço atual	1.931	1.865
	Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PDR)	
Saldos balanço anterior	240	104
Constituição	5	144
Liquidação	(3)	(8)
Saldos balanço atual	242	240
Total de ativos de resseguros - provisões técnicas	72.089	71.734
Total de ativos de resseguros - Circulante	8.770	9.072
Total de ativos de resseguros - Não Circulante	63.319	62.662

Notas Explicativas

27. Detalhamento de rubricas da demonstração de resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
a) Prêmios ganhos				
Prêmios diretos	1.255	57	1.255	57
Variação das provisões técnicas de prêmios	(1.203)	-	(1.203)	-
Total de prêmios de seguros ganhos	52	57	52	57
b) Sinistros ocorridos				
Indenizações avisadas	668	(2.581)	668	(2.581)
Despesas com sinistros	(199)	(250)	(199)	(250)
Recuperação de sinistros - congêneres	(87)	20	(87)	20
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	149	-	149	-
Total de sinistros ocorridos	531	(2.811)	531	(2.811)
c) Custos de aquisição				
Seguros				
Comissões	(737)	(4)	(737)	(4)
Custo de aquisição diferido	734	-	734	-
Total de custo de aquisição	(3)	(4)	(3)	(4)
d) Outras receitas e despesas operacionais				
Outras receitas de seguros	54	3.922	54	3.922
Recepção e regulação - DPVAT	27	105	27	105
Outras receitas	27	3.817	27	3.817
Outras despesas de seguros	(617)	(1.896)	(617)	(1.896)
Despesas com cobrança	(9)	(4)	(9)	(4)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(371)	(92)	(371)	(92)
Outras despesas	(237)	(1.800)	(237)	(1.800)
Total de outras receitas e despesas operacionais	(563)	2.026	(563)	2.026
e) Receitas com Resseguros				
Recuperação de Indenização e despesas de sinistros	(37)	2.038	(37)	2.038
Variação de IBNR	(51)	-	(51)	-
Total do resultado com resseguros	(88)	2.038	(88)	2.038

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
f) Despesas administrativas				
Pessoal próprio	(3.304)	(2.704)	(3.304)	(2.704)
Despesas com administração	(788)	(803)	(788)	(803)
Pessoal próprio	(1.282)	(875)	(1.282)	(875)
Encargos sociais	(632)	(521)	(632)	(521)
Assistência social	(620)	(472)	(620)	(472)
Provisões trabalhistas	18	(33)	18	(33)
Serviços de terceiros	(685)	(895)	(685)	(895)
Localização e funcionamento	(1.215)	(956)	(1.215)	(956)
Localização e manutenção	(296)	(531)	(296)	(531)
Expediente	(57)	(50)	(57)	(50)
Comunicação	(23)	(40)	(23)	(40)
Utilização de equipamentos	(526)	(134)	(526)	(134)
Utilização de veículos e locomoção	(47)	(56)	(47)	(56)
Depreciação e amortização	(220)	(93)	(220)	(93)
Outras despesas	(46)	(52)	(46)	(52)
Publicidade e propaganda	(131)	(77)	(131)	(77)
Publicações legais	(22)	(337)	(22)	(337)
Donativos e Contribuições	(18)	(20)	(18)	(20)
Participações nos lucros - empregados	(2)	(5)	(2)	(5)
Outras	(19)	(107)	(19)	(107)
Total das despesas administrativas	(5.396)	(5.101)	(5.396)	(5.101)
g) Despesas com tributos				
COFINS e PIS	(61)	(238)	(61)	(238)
Outros tributos	(166)	(151)	(193)	(188)
Total das despesas com tributos	(227)	(389)	(254)	(426)
h) Resultado financeiro				
Receitas financeiras	2.492	2.678	2.564	2.388
Receitas com aplicações - renda fixa	1.103	1.589	1.103	1.299
Receitas com outras aplicações	165	116	165	116
Receitas atualização dos depósitos judiciais	1.114	896	1.114	896
Receitas com créditos tributários - atualização	28	6	28	6
Outras	82	71	154	71
Despesas financeiras	(1.899)	(2.154)	(1.924)	(2.314)
Despesas financeiras com operações de seguros	(626)	(681)	(626)	(681)
Despesas com tributos - atualização	(1.067)	(796)	(1.067)	(796)
Outras	(206)	(677)	(231)	(837)
Total do resultado financeiro	593	524	640	74

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
i) Resultado patrimonial				
Receitas patrimoniais	10.413	9.989	10.393	10.476
Receitas com imóveis de renda	128	132	128	132
Resultado de equivalência patrimonial	10.279	9.848	10.259	10.335
Outros investimentos	6	9	6	9
Despesas patrimoniais	(530)	(553)	(530)	(553)
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(530)	(553)	(530)	(553)
Total do resultado patrimonial	9.883	9.436	9.863	9.923
j) Ganhos com ativos não correntes				
Receitas de venda	-	1.000	-	1.000
Imóveis	-	1.000	-	1.000
Despesas	-	(366)	-	(366)
Custo dos Imóveis	-	(366)	-	(366)
Total de ganhos com ativos não correntes	-	634	-	634

28. Partes relacionadas

		Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Brasilcap Capitalização S.A. (a)	Coligada	-	3.211	-	-	-	-	-	-
Companhia de Participações Aliança da Bahia (b)	Investida	-	-	-	-	-	15	33	-
		-	3.211	-	-	-	15	33	-

(a) Valor a receber dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022 no valor de R\$ 3.211.

(b) Em 28 de fevereiro de 2022 houve o distrato da prestação de serviço do contrato de aluguel da antiga sede da investida. Em 01 de abril de 2022, a Companhia firmou contrato de locação de aluguel onde funciona o atual escritório da sede.

As informações relativas aos saldos de investimentos e ao montante de equivalência patrimonial correspondentes às participações societárias na Companhia Uruguay, Brasilcap e Companhia de Participações estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

29. Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e adequação de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitados os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/03/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido	196.979	189.874
Ajustes contábeis	(157.738)	(151.497)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(150.172)	(144.686)
Créditos de alienação de ativos	(1.307)	(1.479)
Despesas antecipadas	(439)	-
Ativos intangíveis	(5.820)	(5.332)
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	(11.668)	(11.937)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3	27.573	26.440
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	7.562	7.562
Capital de risco de subscrição	110	110
Capital de risco de crédito	5.211	5.211
Capital de risco operacional	400	400
Capital de risco de mercado	3.702	3.702
Correlação entre os riscos	(1.861)	(1.861)
Capital mínimo requerido (CMR)	8.100	8.100
Solvência= Razão entre PLA e CMR - %	340%	326%
Excesso de Capital - R\$ mil	19.473	18.340

Em 31 março de 2023, a Companhia apresenta uma situação adequada no cumprimento do indicador regulatório de Solvência medido entre a relação de PLA (Patrimônio Líquido Ajustado) e CMR (Capital Mínimo Requerido).

30. Capital mínimo requerido

A Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 dispõe sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas:

- O Capital base (CB):** objetivando a aplicação proporcional da regulação prudencial e conforme redação da Resolução do CNSP nº 388/2020 a Susep, a partir de janeiro/2021, enquadrando a Companhia no segmento S3 que em complemento à redação da Resolução 432/2021 definiu nova parcela fixa e novas parcelas variáveis para o capital base. Assim, o novo capital base de R\$ 8.100 é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução CNSP 432/2021;

Notas Explicativas

- **O Capital de risco (CR):** montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.
 - ✓ O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição;
 - ✓ O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito;
 - ✓ O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional;
 - ✓ O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado.
- **Capital Mínimo Requerido (CMR):** capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco;
- **Liquidez de cobertura das provisões técnicas:** situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, suficientes para a cobertura das provisões técnicas.

O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

Notas Explicativas

31. Ativos excedentes a necessidade de cobertura das provisões técnicas e liquidez de cobertura das provisões técnicas

A Companhia estabeleceu ativos livres superiores a 20% do CR por entender que esses ativos estão adequados às necessidades de cobertura das provisões técnicas.

	31/03/2023	31/12/2022
Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas	30.508	30.428
Ativos Disponíveis para Garantia		
Quotas de fundos especialmente constituídos - Públicos	35.037	22.113
Quotas de outros fundos de investimentos	5.788	14.703
Ações	10.152	10.491
Total de Ativos	50.977	47.307
Ativos Excedentes	20.469	16.879

	31/03/2023	31/12/2022
Ativos líquidos - Renda Fixa	9.901	9.562
Capital de risco com operações registradas	7.562	7.562
Liquidez em relação ao CR - 20%	1.512	1.512

32. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas de desenvolvimento de sinistros representam as estimativas das indenizações dos sinistros incorridos por ano, deduzidas das indenizações pagas, cujo saldo demonstra a composição das pendências de sinistros a liquidar por ano incorrido, na data das informações intermediárias. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, classificadas em sinistros administrativos e judiciais, indicando valores brutos (antes do resseguro e deduzindo congêneres) e valores líquidos de resseguros (nossa parte). Não estão incluídas as provisões de IBNER, PDR e Retrocessões.

a) Desenvolvimento de sinistros - administrativo (bruto menos congêneres) Data-base: março de 2023

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ BRUTO DE RESSEGURO	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS												
NO ANO DO AVISO	4.231	10	62	16	22	96	8	1	123	7	31	-
UM ANO APÓS O AVISO	4.605	6	42	15	17	38	118	1	113	7	31	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	4.941	7	45	15	17	39	123	1	120	7	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	5.944	7	46	15	18	80	10	1	123	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	6.714	8	48	15	19	89	11	1	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	7.166	8	49	16	21	94	11	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	8.115	8	52	16	22	96	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	8.656	8	57	16	22	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	9.026	9	60	16	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	10.061	10	62	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	11.465	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	11.685	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	11.685	10	62	16	22	96	11	1	123	7	31	-
PAGAMENTOS EFETUADOS	478	-	-	13	-	-	5	-	-	-	27	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	11.207	10	62	3	22	96	6	1	123	7	4	-
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	11.541											

b) Desenvolvimento de sinistros - judicial (bruto menos congêneres) Data-base: março de 2023

TRIÂNGULO DE VALORES R\$

BRUTO DE RESSEGURO

MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS

ANO DE AVISO DO SINISTRO

	ATE 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
NO ANO DO AVISO	38.374	509	476	140	1.186	1.082	1.499	923	53	6	-	-
UM ANO APÓS O AVISO	43.166	149	173	122	599	668	909	726	44	6	-	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	52.325	180	199	130	658	731	1.042	892	51	6	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	63.666	210	240	140	743	807	1.258	971	53	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	69.630	247	267	149	842	942	1.442	995	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	77.375	277	293	171	1.006	1.048	1.499	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	82.636	306	352	178	1.143	1.082	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	88.170	341	413	187	1.186	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	97.266	439	461	190	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	107.652	492	476	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	115.778	509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	118.420	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	118.420	509	476	190	1186	1082	1499	995	53	6	-	-
PAGAMENTOS EFETUADOS	36.884	-	-	99	-	-	-	310	-	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	81.536	509	476	91	1.186	1.082	1.499	685	53	6	-	-

TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR **87.123**

RESUMO a e b

PSL ADMINISTRATIVO	11.541
PLS JUDICIAL	87.123
IBNER	388
PSL Retrocessões	887
TOTAL (Nota 21 b)	99.939

c) Desenvolvimento de sinistros - administrativo Data-base: março de 2023

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ LÍQUIDO DE RESSEGURO MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
NO ANO DO AVISO	1.079	1	33	16	11	57	6	1	123	7	31	-
UM ANO APÓS O AVISO	1.251	1	23	15	8	23	19	1	113	7	31	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	1.318	1	24	15	8	24	20	1	120	7	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	1.635	1	25	15	9	48	9	1	123	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	1.872	1	26	15	9	53	9	1	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	1.899	1	27	16	10	56	9	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	2.241	1	28	16	10	57	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	2.737	1	31	16	11	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	2.840	1	33	16	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	3.170	1	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	3.007	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	3.066	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	3.066	1	33	16	11	57	9	1	123	7	31	-
PAGAMENTOS EFETUADOS	94	-	-	13	-	-	5	-	-	-	27	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	2.972	1	33	3	11	57	4	1	123	7	4	-
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	3.216											

d) Desenvolvimento de sinistros - judicial Data-base: março de 2023

TRIÂNGULO DE VALORES R\$ LÍQUIDO DE RESSEGURO MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ANO DE AVISO DO SINISTRO											
	ATE 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
NO ANO DO AVISO	10.487	28	237	79	140	1.082	192	434	53	1	-	-
UM ANO APÓS O AVISO	12.477	8	101	89	72	668	132	343	44	1	-	-
DOIS ANOS APÓS O AVISO	14.885	9	115	94	77	731	145	429	51	1	-	-
TRÊS ANOS APÓS O AVISO	17.039	11	128	100	88	807	168	465	53	-	-	-
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	19.201	13	142	106	99	942	186	477	-	-	-	-
CINCO ANOS APÓS O AVISO	21.133	15	156	124	119	1.048	192	-	-	-	-	-
SEIS ANOS APÓS O AVISO	22.361	16	176	124	135	1.082	-	-	-	-	-	-
SETE ANOS APÓS O AVISO	24.794	18	206	127	140	-	-	-	-	-	-	-
OITO ANOS APÓS O AVISO	27.761	24	229	128	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVE ANOS APÓS O AVISO	30.762	27	237	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEZ ANOS APÓS O AVISO	32.694	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ONZE ANOS APÓS O AVISO	33.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	33.513	28	237	128	140	1082	192	477	53	1	-	-
PAGAMENTOS EFETUADOS	9.933	-	-	99	-	-	-	186	-	-	-	-
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	23.580	28	237	29	140	1.082	192	291	53	1	-	-
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	25.633											

Notas Explicativas

33. Outras informações

33.1 Fatos relevantes

Em 18 de abril de 2023, A COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA (“ALBA” ou Companhia) e a COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES ALIANÇA DA BAHIA (“Cia. Participações” e, em conjunto com a ALBA “Companhias”), em atenção ao disposto no parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e na Resolução CVM nº 44/21, em atenção ao Ofício nº 120/2023/CVM/SEP/GEA-1, e complementando o Fato Relevante divulgado em 17 de abril, informam aos seus acionistas e ao mercado em geral que seus Conselhos de Administração deliberaram em 17 de abril aprovar o início de novas negociações no sentido de promover uma reorganização visando à otimização da estrutura societária do grupo Aliança (“Reorganização”).

A Reorganização envolverá a incorporação da totalidade das ações de emissão da ALBA pela Cia Participações, nos termos do artigo 252 da Lei das S.A. Caso a Reorganização seja concluída, toda base acionária da ALBA migrará para a Cia Participações, e a ALBA se tornará subsidiária integral da Cia. Participações. Em razão disso, há a intenção de se solicitar o cancelamento do registro da ALBA como companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com a Reorganização, as Companhias buscam racionalizar e unificar as atividades atualmente exercidas, auferindo os benefícios administrativos e econômicos daí resultantes, tais como a simplificação operacional e a redução de custos e gastos administrativos.

Os Conselhos de Administração autorizaram os administradores das respectivas Companhias a negociar os termos e condições para a Reorganização, incluindo a relação de substituição das ações de emissão da ALBA por ações de emissão da Cia. Participações, e sua conclusão dependerá das aprovações societárias e regulatórias exigidas por lei.

Uma vez concluídas as negociações, as Companhias disponibilizarão ao mercado outras informações, inclusive para os fins da Resolução CVM nº 78/22, os documentos exigidos na regulamentação aplicável.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Seguros Aliança da Bahia
Salvador - BA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, incluindo as isenções de adoção facultadas às Companhias Abertas no Brasil para as ITRs do exercício de 2023. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, incluindo as isenções de adoção facultadas às Companhias Abertas no Brasil para as ITRs do exercício de 2023.

Ênfase - Base de preparação

Conforme descrito na Nota 2.d, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas consideram a orientação do Informativo da Reunião do Colegiado no 17, de 9 de maio de 2023, no sentido de adotar excepcionalmente o Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro nas informações trimestrais do exercício de 2023, ao invés do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Salvador, 12 de maio de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades Anônimas por Ações, com base nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos da Administração, procederam a revisão e análise, das Informações Trimestrais Financeiras, Intermediárias, Individuais e Consolidadas referentes ao ITR do 1º trimestre de 2023, acompanhados do Relatório de revisão limitada, sem ressalvas, emitido na data de 12 de maio de 2023, pela KPMG - Auditores Independentes, deram por analisadas, no sentido de considerá-las adequadas e em conformidade com as práticas contábeis e legislação vigentes no Brasil.

Salvador-BA, 12 de maio de 2023

Raimundo Santos Silva
Presidente

Elias de Matos Brito
Membro Efetivo

Marcelo da Silva Pinho
Membro Efetivo

Sonia Lucia N. da Silva
Membro Efetivo

Antônio Carlos Santana Santos
Membro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em observância às disposições constantes da instrução CVM nº 80/2022, artigo 27, § 1º, inciso VI e do artigo 30, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as informações intermediárias que serviram de base para elaboração do ITR de 31 de março de 2023.

Salvador, 12 de maio de 2023

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Presidente

Rodrigo Ribeiro Accioly
Diretor Responsável pelos Controles Internos

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Solon Britto Barretto
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da instrução CVM nº 80/2022, artigo 27, § 1º, inciso V e do artigo 30, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações intermediárias que serviram de base para elaboração do ITR de 31 de março de 2023.

Salvador, 12 de maio de 2023.

José Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Presidente

Rodrigo Ribeiro Accioly
Diretor Responsável pelos Controles Internos

Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Solon Britto Barretto
Diretor